

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FELICIDADE SEGUNDO ARISTÓTELES

Paulo Sérgio Cruz Barbosa¹

RESUMO

O artigo trata de uma leitura introdutória sobre o estudo da felicidade na concepção de Aristóteles. Segundo o autor, a felicidade consiste em uma atividade da alma conforme a virtude. É o bem supremo, que tem um fim em si mesmo, sendo almejado por todos. O que constitui a felicidade são as ações virtuosas, e as atividades viciosas conduzem o contrário. Em *Ética a Nicômaco*, percebe-se que uma atitude virtuosa parte de uma disposição de caráter que se relaciona com a escolha de ações diante das paixões, sendo consistente em uma mediania (meio-termo) que é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. A virtude, então, está para a felicidade, assim como a felicidade está para a virtude. Em *A Política*, o filósofo destaca que o lugar mais propício para a efetivação da felicidade é a Cidade, e a maneira mais eficaz de praticá-la é através da consciência ética e da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Felicidade; Virtude; Ética; Cidadania.

INTRODUCTION À L'ÉTUDE DU BONHEUR PAR ARISTOTE

RÉSUMÉ

L'article traite d'une lecture introductive sur l'étude du bonheur dans la conception d'Aristote. Selon l'auteur, le bonheur consiste en une activité de l'âme selon la vertu. C'est le bien suprême, qui a une fin en soi, recherché par tous. Ce qui constitue le bonheur, ce sont les actions vertueuses, et les activités vicieuses mènent le contraire. Dans l'Éthique à Nicomaque, on perçoit qu'une attitude vertueuse part d'une disposition de caractère liée au choix des actions avant les passions, et est cohérente dans une médiane (moyen terme) déterminée par un principe rationnel propre à l'homme doté de sagesse pratique. La vertu est donc pour le bonheur, tout comme le bonheur est pour la vertu. Dans *A Política*, le philosophe souligne que l'endroit le plus propice au bonheur est la ville, et que le moyen le plus efficace de pratique est la conscience éthique et la citoyenneté.

MOTS CLÉS : Bonheur ; Vertu ; Ethique ; Citoyenneté.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professor de Filosofia e Sociologia da rede particular de ensino em Fortaleza - CE. Membro do Grupo de Estudos Rousseau da Universidade Federal do Ceará - UFC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9243062912712965>; E-mail: psfilosofia@gmail.com

Introdução

Segundo Aristóteles, todas as coisas tendem a um fim. Diante das ações, por exemplo, toda escolha e atividade visam a um bem universal que seria a felicidade. É certo dizer que a felicidade é o “Bem Supremo” que todas as coisas tendem. Ora, esse bem de que o autor fala é a arte de viver bem na Cidade².

Por isso, é importante interrogar-se: onde é possível a felicidade?

Bem, o homem é dotado de “logos”, ou seja, de palavra e comunicação. Por isso, é um ser político (ou sociável) por natureza. Como é da natureza humana comunicar-se, é na Cidade que isso é possível. Portanto, será defendido aqui, que o local mais propício para a construção da felicidade é a Cidade, pois ela é uma espécie de “sociedade perfeita”, onde acontece a associação humana estruturada na amizade e na concórdia.

Como é possível a felicidade?

O sumo bem (felicidade) é algo absoluto e autossuficiente; é ainda, a finalidade de toda e qualquer ação. Ora, para que uma ação seja boa, necessariamente, deve ser também virtuosa, visto que “a felicidade é a atividade da alma conforme a virtude”. (ARISTÓTELES, 2004, p.29). A felicidade efetiva-se, pois, a partir de uma ação virtuosa. Por isso, “as ações virtuosas, devem ser necessariamente aprazíveis em si mesmas” (ARISTÓTELES, 2004, p.30). De acordo com essa passagem, é possível uma aproximação da tese “vida boa” ou “felicidade” com a ideia de virtude. Mas, como não é fácil ser virtuoso, faz-se necessário o tempo, como espaço de aprendizagem da virtude, e o hábito como processo dela.

Ora, assim como qualquer bem dever ser partilhado, a felicidade (o bem em si mesmo), deve ser dividida com o máximo de pessoas possíveis. A melhor forma de partilhá-la é através da ação virtuosa, da participação política, da consciência ética e da sabedoria ou contemplação. Tudo isso é possível no seio da Cidade.

Com o objetivo de uma compreensão geral da tese sobre “felicidade segundo Aristóteles”, será levado em consideração, aqui, todas as condições da Cidade, ou seja, todos os valores necessários para o vislumbre da felicidade, tais como: a consciência ética³ (a virtude), a organização social (educação) e a participação política (cidadania).

² Sobre o termo “Cidade” na obra *Ética a Nicômaco*, usamos a tradução de Pietro Nassetti (2004), portanto, “Cidade” tem o mesmo significado de Estado ou Pólis. A Cidade é o fim (télós) e a causa final da associação humana.

³ Segundo o comentário da introdução da *Ética*, “Aristóteles foi o primeiro filósofo a distinguir a ética da política, centrada a primeira na ação voluntária e moral do indivíduo enquanto tal, e a segunda, nas vinculações desta com a comunidade”. (*Nova Enciclopédia Barsa*, vol.2,p. 28-30,1997.).

A cidade: o melhor lugar para a construção da felicidade

Em Aristóteles, não é o indivíduo e nem a família que antecede à Cidade, mas é esta que antecede a tudo. Isso significa que a Cidade é uma constituição natural, e o homem é inclinado, naturalmente, a viver em sociedade, pois a “boa existência”, ou a “vida boa”, somente será possível com a convivência social e participação política.

Portanto, é claro que a cidade existe por natureza, e é anterior ao indivíduo, porque se o indivíduo, tomado isoladamente, não é autárquico, relativamente ao todo está na mesma relação em que estão as outras partes. Por isso quem não pode fazer parte de uma comunidade, quem não tem necessidade de nada, bastando a si próprio, não faz parte de uma cidade, mas é ou um animal ou um deus. (ARISTÓTELES, 1951, p. 330).

A Cidade é autárquica, ou seja, existe por si mesma. Com outros termos, ela é o todo e tudo o que surge a partir dela são as partes. Ora, o fato dela ser autárquica, logicamente, pressupõe que o homem não o é, pois não é a Cidade que depende do homem, antes, é o homem que depende dela. Por conseguinte, quem não pertencer a ela será considerado um animal ou um deus.

A Cidade, segundo Aristóteles, é o lugar adequado para a construção da felicidade, porque a finalidade dela é proporcionar ao homem a vida feliz. Almejar a felicidade parece ser uma vocação natural do homem, mas isso somente será possível quando houver uma vivência social estruturada na justiça. O homem ou é bom e feliz ou é mal e infeliz, tudo depende das suas qualidades morais. REALE, GIOVANNI (2003) comentam essa tese:

O homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada, e o homem nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas podem sê-lo em sentido inteiramente oposto. Logo, quando destituído de qualidades morais, o homem é o mais impiedoso e selvagem dos animais, e o pior em relação ao sexo e à gula. (REALE, GIOVANNI. 2003 p. 223).

Assim, a felicidade pressupõe a razão e a virtude, isso significa que o homem que escolhe ser moralmente virtuoso também será um homem feliz. A felicidade é, nesse sentido, o patrimônio dos corações mais puros e das inteligências mais distintas, sendo, portanto, o estado mais perfeito, o mais ditoso e mais próspero.

Portanto, a felicidade está para o homem virtuoso assim como a virtude está para a vida boa na Cidade. Com outros termos, a cidade é o lugar ideal para a concretização da vida feliz a partir do bom uso da razão e da escolha da justiça.

A educação na cidade e a formação ética para a vida feliz

O que é a educação na Cidade? Qual a sua relevância diante da prática do bem? Em que ela contribui na efetivação da felicidade?

Os cidadãos deverão ser educados de modo fundamentalmente igual, para que possam ser capazes, alternadamente, de obedecer e de comandar, dado que, alternadamente, deverão obedecer (quando são jovens), e depois comandar (uma vez que tornados homens maduros). Mas, em particular, dado que é idêntica a virtude do *cidadão* bom e do *homem* bom, a *educação deverá, substancialmente, ter mira na formação de homens bons*, ou seja, deverá fazer com que se *realize o ideal estabelecido na ética*, isto é, que o corpo viva em função da alma e as partes inferiores da alma em função das superiores, e, em particular, que *se realize o ideal da contemplação*. (ARISTÓTELES, 1951, p. 332).

Segundo nosso autor, a educação é a orientação para a prática do bem e uma atividade racional que age como uma reguladora das paixões preparando o indivíduo para uma consciência ética e cidadã. Portanto, para que a felicidade na Cidade seja possível, faz-se necessária uma radical organização social estruturada na educação.

O homem é um ser racional, é capaz de ser virtuoso, pois as virtudes estão nele em *potência*, mas precisam ser atualizadas. Como isso acontece? A efetivação das virtudes se dá através de ações repetitivas, ou seja, por meio do hábito. Antes, é preciso uma ferramenta que o auxilie, eis, portanto, a verdadeira missão da educação que é orientar segundo a virtude, em uma ordem lógica que leve em consideração o corpo e a alma.

Antes de tudo, quando jovem, deve-se educar segundo as virtudes do corpo, visto que, ao jovem cumpre ser guerreiro, seria bom possuir um corpo robusto, como o corpo deve obedecer à alma, o jovem deve ser orientado para a obediência aos seus superiores.

Posteriormente, segue-se a educação para o controle do instinto. O homem deve ser orientado, através da sabedoria prática, a subjugar às solicitações da sensibilidade, submetendo-as à razão. Esta é a educação para a prática do bem individual e social.

Enfim, depois de tudo, acontecerá a educação visando alcançar a contemplação. Ela acontece por meio da sabedoria. Depois disso, o homem estará preparado, inclusive, para

governar a Cidade. Defende-se que o homem sábio tenha capacidade de tomar decisões adequadas para o bem comum da Cidade.

Nesse momento, cabe uma questão: quem deve ser o responsável pela educação?

De acordo com nosso autor, a Cidade deve proporcionar a educação para todos. É importante que o legislador possa se empenhar nessa missão, pois o sábio terá condições éticas para proporcionar, principalmente aos jovens, virtudes necessárias para a vida boa na comunidade, uma vez que seria bom garantir, desde cedo, o caráter ético dos seus futuros cidadãos. Essas orientações são importantes, também, para que cada indivíduo possa ter consciência da sua missão na Cidade.

Quais são as atividades que merecem destaque na educação dos jovens?

São basicamente quatro: a leitura, a escrita, a ginástica e a música. As duas primeiras, devem ser aprendidas porque são úteis para a vida prática e há muitas aplicações delas no dia a dia. A ginástica trabalha o corpo e a mente, estimulando, inclusive, o caráter. À música é uma arte que propicia o prazer, isso pode orientar para o controle das emoções.

Há ainda, a atividade esportiva, os jogos devem ser praticados em conexão com o trabalho por eles despertarem o indivíduo para à responsabilidade. O esporte é um relaxamento da alma, e isso propicia certo prazer que pode ser caracterizado como descanso.

A partir das ideias mencionadas, percebe-se que a educação é essencial para o bem estar do corpo e da alma, pois, além da saúde do corpo, ela influencia as ações das pessoas diante da responsabilidade social. Todavia, o próprio Aristóteles reconhece que não é fácil educar (é uma missão amarga), mas o resultado é sempre positivo.

O bem como: uma atividade da alma que propicia a felicidade

Além da educação, uma atitude que está diretamente ligada à construção da vida boa na Cidade é a escolha do bem. Existem três condições para que isso seja possível: a natureza (humana), o hábito (cultura) e a razão (pensamento).

Há três fatores para que os homens se tornem bons e virtuosos: a natureza, o hábito e a razão. Em primeiro lugar, é necessário nascer como ser humano e não como qualquer outro animal; e depois, com certa qualidade de corpo e de alma. Há algumas qualidades que nada servem à nascença por que os hábitos modificam-nas: a natureza fê-las capazes de serem modificadas pela força dos hábitos, para melhor ou para pior. Os outros seres animados vivem por um impulso natural, embora alguns sejam levantes guiados pelos hábitos. (ARISTÓTELES, 2004, p.129).

A Cidade é virtuosa quando todos os cidadãos que a compõem são virtuosos também. Como foi visto, são basicamente três as condições que podem tornar o homem bom e virtuoso: a natureza (virtudes espirituais e corporais), o hábito (perverte ou melhora as qualidades naturais) e a razão (existe como a grande orientadora das ações).

Destarte, a felicidade, como esse fim supremo que todos almejam, somente será possível em uma lógica que envolva a tríade: natureza humana, meio social e ação virtuosa. Visto que é justamente com estas características, que o homem é capaz de efetivar a cidadania.

Diante disso, é perceptível que há uma ligação expressiva da definição de felicidade com a de cidadania, da ideia de virtude com a de justiça, da noção de ética com participação política.

Efetivação da felicidade através da cidadania

O que significa ser cidadão? Aristóteles é bem objetivo quando menciona, em *A Política*, que o cidadão é aquele que participa dos poderes da Cidade. Todavia, pode-se pensar ainda em outras definições, por exemplo: alguém que pertence a uma comunidade; que tem consciência dos direitos e deveres políticos e sociais; que toma decisões políticas e que tem responsabilidade cívica, etc.

No entanto, a democracia ateniense não considerava todos os moradores cidadãos,⁴ visto que nem todos pertenciam ao corpo político. Para exercer a cidadania, portanto, era necessário participar efetivamente das “Assembleias”, tendo direitos e deveres de decisão. Como não eram mercedores de tais direitos, as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros não pertenciam ao grupo dos cidadãos.

Segundo Nicola Abbagnano, em seu *Dicionário de Filosofia*, a definição de cidadania está entrelaçada a três aspectos: à liberdade, (concedida de modo elitista ou universal); à justiça, (entendida como ordem ou paridade); e a ambas, se forem consideradas unidas a uma única ideia, tem-se uma identificação com o exercício de três gerações de direitos humanos: os civis (direito à vida, à expressão, à propriedade, etc.); os políticos (direito à função eleitoral, à

⁴ “Embora a democracia possa ser definida como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”, é importante lembrar que o significado de “governo” e “povo” na Atenas Antiga difere daquele das democracias contemporâneas. Enquanto a democracia contemporânea em geral considera o governo um corpo formado por representantes eleitos, e o “povo” (geralmente) como um conjunto de cidadãos próprios de uma nação, homens e mulheres, acima dos 18 anos, os atenienses consideravam o “governo” como sendo a assembleia (ekklesia) que tomava decisões diretamente (sem intermédio de representantes) e o “povo” (geralmente) como os homens atenienses alfabetizados maiores de 20 anos.” Disponível em: (http://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_ateniense), Acesso em: 19/03/2018.

associação em partidos e sindicatos, etc.); a aos sociais (direito ao trabalho, ao estudo, à saúde, etc.) Bem, uma vez esse direitos sendo garantidos, existirá aí “o fato de pertencer a uma comunidade política, configurando-se em termos diversos nas diferentes sociedades”. (NICOLA ABBAGNANO, 2007. pág. 156).

Ora, para os gregos, assim como, para Aristóteles, o que define cidadania é a consciência de pertencimento à comunidade, mas não somente o fato de se sentir membro, antes, o indivíduo deve fazer parte da vida cívica, inclusive tomando decisões políticas. Desse modo, expressão de cidadania pode ser entendida como uma ação virtuosa, visto que a Cidade é o melhor lugar para se praticar a virtude. É também, o lugar mais propício para a construção da felicidade, porque é diante da vida social e política que o homem pode ser feliz.

Da mesma forma que o marinheiro é um dos que vivem em comum, assim dizemos do cidadão. Embora a capacidade dos marinheiros os tornem diferentes (com efeito, um é remador, o outro é piloto, o outro timoneiro, o outro ainda tendo uma denominação como essas) e embora seja evidente que a inteligibilidade própria mais exata de cada um seja a de sua excelência, algo comum também será aplicado a todos da mesma forma. Com efeito, a segurança da navegação é obra de todos, pois cada um dos navegantes a deseja. É da mesma forma também para os cidadãos: embora sejam diferentes, a salvação é obra da comunidade; e a colocação em comum é a constituição. (ARISTÓTELES, 1951, p. 336).

Através de metáforas, Aristóteles compara a responsabilidade do cidadão com a do marinheiro. Ambos são membros de um só corpo e tem uma só finalidade, embora tenham funções diferentes. Por exemplo, em um barco, um membro da embarcação empurra o remo, outro segura o leme, um terceiro vigia a proa, etc. É claro que as tarefas de cada um têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos: a segurança da navegação. De igual modo, todo cidadão deve doar-se ao trabalho para a conservação de sua Cidade, proporcionando a vida feliz a todos.

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida, de forma introdutória, sobre as questões que envolvem o estudo da felicidade na concepção de Aristóteles, deixou uma contribuição significativa, no que diz respeito a um despertar para uma leitura mais aprofundada da rica filosofia do autor em oportunidades futuras.

Foi visto que a felicidade, segundo o filósofo grego, trata-se de uma manifestação da alma segundo as virtudes. Ela não é uma quimera, mas um fato que se efetiva a partir de uma consciência ética e da participação política.

A teleologia parece ser a marca da ética na visão de Aristóteles. Pois, em *Ética a Nicômaco*, foi lido que toda ação pressupõe a um fim, ou seja, toda pessoa, diante de suas escolhas e atitudes, busca um bem qualquer. Porém, existe um bem que é universal, existe por si mesmo e é almejado por todo ser humano, a esse bem o filósofo deu o nome de felicidade.

Em a *Política*, foi visto que o bem supremo o qual é a almejado por todos é possível se concretizar na convivência social dentro da Cidade e a partir de ações virtuosas, como a prática da justiça, por exemplo. O homem justo seria, então, uma pessoa capaz de ser feliz e preservar a felicidade de todos dentro da comunidade. Assim, a justiça estaria para a Cidade, assim como esta estaria para a felicidade.

A educação seria também uma forte ferramenta para a construção da felicidade, uma vez que bem orientado, o homem poderia, racionalmente, escolher a prática de ações virtuosas. A Cidade, sendo este lugar ideal para o exercício da virtude, deveria ser responsável pela formação das pessoas em prol da cidadania.

Bem, se for possível uma analogia ao modo como o homem procura ser feliz na dinâmica do dia a dia, principalmente, nos dias atuais, com a definição de felicidade defendida por Aristóteles, será perceptível que há muita diferença entre o que filósofo diz e o que se busca. Visto que algumas pessoas procuram a felicidade em prazeres momentâneos proporcionados por dinheiro e poder; outras em vaidades e horarias, etc. Isso significa que alguém valoriza mais o “*ter*” do que o “*ser*” diante das relações sociais. Talvez por isso, muitos valores sejam substituídos apenas por desejos: em alguns casos, a ganância toma o espaço da solidariedade, a simplicidade é substituída pela vaidade, e o egoísmo é um mal contaminador.

No entanto, é possível pensar diferente, como pensou o filósofo grego, também nós podemos perceber que a felicidade não se trata somente de prazeres momentâneos, mas é definida como “a melhor e a mais nobre coisa do mundo” (ARISTÓTELES, 2004, p. 30), por isso é um bem universal que somente será possível diante de uma alma virtuosa, inebriada pela justiça e disposta a doar-se à prática da cidadania.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. (Trad. do grego: Mário da Gama Kury). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.

_____. **De anima**. Apresentação, Trad. e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. **Política**. (Trad. do grego: Mário da Gama Kury). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BITTAR, Eduardo. C.B. **A justiça em Aristóteles**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2001.

FHILIPPE, Marie-Dominique. **Introdução à filosofia de Aristóteles**. São Paulo: Paulus, 2002.

NODARI, Paulo Cesar. **A ética aristotélica** – Artigo - UFMG — BH, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e sociabilidade**. São Paulo, Loyola, 1993.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. pp. 405 a 431.